

Igreja Católica em tempos de ditadura militar: do diálogo à subversão em páginas impressas.

Catholic Church in military dictatorship times: from dialog to subversion on printed pages.

Caroline Jaques Cubas ¹

Resumo: O presente artigo busca problematizar os posicionamentos da Igreja Católica em relação ao regime militar no Brasil, através de publicações em periódicos nacionais. Pela análise de artigos publicados entre 1968 e 1979, em especial na revista *Veja*, observamos, além da gradual mudança nos posicionamentos oficiais da Igreja, a forma como esta foi publicizada ora como possibilidade de diálogo, ora como subversão. Os jornais e revistas são aqui percebidos como representações sociais e políticas construídas durante os anos de ditadura militar no Brasil.

Palavras-chave: Igreja Católica, ditadura, subversão.

Abstract: This article aims to problematize the positions of the Catholic Church in relation to the military regime in Brazil, through publications in national journals and magazines. By the analysis of articles published between 1968 and 1979, especially in *Veja* magazine, we can observe, in addition to the gradual change in the official position of the Church, the way this has been publicized sometimes as possibility of dialogue, sometimes as subversion. Journals and magazines are here considered as social and political representations constructed during the years of military dictatorship in Brazil.

Keywords: Catholic Church, dictatorship, subversion.

Os posicionamentos oficiais da Igreja Católica brasileira em relação ao regime político instituído no Brasil a partir de 1964 ganharam divulgação ampla em jornais e revistas. De apoiadora da iniciativa conservadora à

¹ Doutora em História Cultural pela Universidade Federal de Santa Catarina, bolsista da CAPES. E-mail: caroljcubas@gmail.com

porta-voz de resistências perante torturas e prisões políticas, a Igreja desempenhou importante papel durante os anos de ditadura militar. Nesse sentido, o objetivo deste artigo é problematizar o espaço dedicado em mídias impressas - especialmente a revista *Veja* - à instituição e seus posicionamentos explicitados em relação ao regime de exceção. A opção prioritária² pela revista *Veja* não é simplesmente voluntária, mas advém de certas precauções a respeito do uso de periódicos impressos como fontes para a construção do trabalho historiográfico. Segundo Tânia de Luca, ainda que não existam regras metodologicamente rígidas para a utilização de jornais e revistas, é necessário atentar a elementos como, em um primeiro momento, o lugar social ocupado pelo periódico. Sendo assim, é importante considerar que, especialmente nos anos 1960 e início dos 1970, os jornais e revistas ocupavam espaço privilegiado na divulgação de notícias, ao lado do rádio e, posteriormente e em menor escala devido à dificuldade de acesso, da TV. Além de divulgar, conforme pontua Reinaldo Lindolfo Lohn em artigo sobre as relações entre imprensa (em especial a *Folha de São Paulo*) e o processo de redemocratização, "as páginas dos jornais aos poucos constituíram-se em veículos para as representações sociais e políticas do país como um todo."³ A partir de 1968, periódicos como a *Folha de São Paulo* e a revista *Veja* comprometiam-se publicamente com a "verdade dos fatos". Esta aliança declarada com a verdade leva-nos a um segundo elemento metodológico, que implica em observar o estatuto daquilo que se publica. Tudo o que ganha espaço nas páginas de jornais e revistas foi selecionado, ordenado, estruturado e narrado de determinada maneira, uma vez considerado digno de chegar ao público. Portanto, ao trabalhar com o que se tornou notícia, devemos atentar ao contexto e às motivações que levaram à decisão de dar publicidade a algo. Além disso, filiações políticas, grupos financiadores e posturas ideológicas também assumem caráter definidor quando da publicação ou não de determinadas notícias e até mesmo do espaço que ocupam no corpo do periódico. Jornais e revistas são tomados aqui, segundo as palavras de Luca, como "projetos coletivos que agregam pessoas em torno de idéias, crenças, valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita."⁴

² Ao longo deste artigo trabalhamos prioritariamente com a revista *Veja*, porém não exclusivamente, na medida em que referências pontuais a outros periódicos auxiliem o desenvolvimento dos argumentos e reflexões propostas.

³ LOHN, Reinaldo Lindolfo. Um longo presente: O papel da imprensa no processo de redemocratização – a *Folha de São Paulo* em 1974. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.5, n.10, jul/dez. 2013. p. 81.

⁴ *Ibid.* p.141.

Neste sentido, antes de adentrarmos nestas "fragmentadas versões do cotidiano", é importante destacar que os periódicos aqui trabalhados foram contemporâneos ao acirramento do controle sobre os meios de comunicação, instaurado pelo regime militar a partir de 1968, com o estabelecimento do AI-5.⁵ A Revista Veja, lançada em 1968 com o objetivo de inovação e profissionalização da mídia revista dispunha-se a, semanalmente, destacar acontecimentos importantes e transmiti-los a um público em amplitude nacional.⁶ Como era composta por equipes editoriais e teve diferentes orientações ao longo de sua história, cremos ser inadequado determinar se era exclusivamente de esquerda ou direita, favorável ou não ao Regime Militar. Conforme Beatriz Kushnir, em estudo sobre a Folha da Tarde (grupo Folha)

os homens e mulheres que lá trabalharam, seu corpo de jornalistas, são um grupo diverso e múltiplo. Viveram tanto as forças do arbítrio, nas prisões e mortes não só relatadas, mas também sentidas na própria pele, como muitos igualmente pactuaram com os agentes da repressão⁷.

Dessa forma, a relação dos periódicos com o Regime Militar deve ser relativizada e analisada nos termos de sua complexidade. Em dissertação sobre o espaço e tratamento dedicados ao movimento e as reivindicações feministas na Revista Veja, Cintia Lima Crescêncio constrói um breve histórico da revista, pontuando a importância de se considerar tanto a adoção de uma postura liberal, quanto os cerceamentos da censura, sofridos pelo grupo editorial Abril.⁸ Segundo Crescêncio, mesmo que a revista (como empresa) tenha adotado uma postura liberal, vinculada às diretrizes do sistema capitalista, isto não invalida o fato de ter sofrido diferentes

⁵ Cf. AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, Imprensa e Estado autoritário (1968-1978)**: o exercício cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e o Movimento. Bauru: EDUSC, 1999.

⁶ KLANOVICZ, Luciana R. S. No Olho do Furacão: Revista Veja, Censura e Ditadura Militar. **Revista Literatura em Debate**. V. 4, n. 6, p. 34-50, jan/jul., 2010.

⁷ KUSHNIR, Beatriz. Calar é consentir: jornalistas colaboradores e censores no pós-1964. **Revista Contemporânea**. Ano 1, n.1, 2011. p.171.

⁸ CRESCÊNCIO, Cintia Lima. **Veja o feminismo em páginas (re)viradas (1968-1989)**. 2012. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História Cultural da UFSC. Florianópolis.

formas de censura, inclusive anunciadas ao público leitor através de símbolos ou da carta de José Henrique Guzzo, editor substituto da revista em 1976: "Pela primeira vez em mais de 2 anos, VEJA chega às mãos de seus leitores, neste número 405, como sempre deveria ter chegado, sem censura prévia por parte das autoridades."⁹ A opção liberal teria, a princípio, garantido a sobrevivência do semanário, especialmente nos primeiros anos nos quais a revista ainda não estava plenamente estabelecida e os lucros advinham da publicidade, inclusive financiada pelo Estado. Ainda que tenha existido uma forma de apoio ao regime militar em sua promessa de luta contra uma esquerda considerada comunista e ameaçadora - postura bastante explícita nas reportagens que analisaremos a seguir -, com o decreto do AI-5 e o acirramento da censura, a Revista Veja, assim como outros órgãos da imprensa brasileira, reavaliaram-se e reposicionaram-se – através de seu corpo editorial – em relação aos rumos do país.

Em 23 de janeiro de 1979 a Folha de São Paulo publicou uma grande reportagem, em mais três páginas, sobre as violências sofridas pela Igreja ao longo dos anos de ditadura militar. A publicação “Documento denuncia agressões contra a Igreja”¹⁰, possibilitada pelo processo de abertura política e de atenuação da censura aos meios de comunicação, referenciava e publicava o documento “Repressão na Igreja no Brasil: reflexo de uma situação de opressão”, produzido pelo CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação – a pedido de Dom Paulo Evaristo Arns. O documento anuncia posicionamentos da Igreja perante a situação político-social vivida na América Latina e especifica tais relações a respeito do Brasil. O material é bastante significativo na medida em que trás a tona as relações conflituosas vividas entre a Igreja e o Estado durante o regime militar (o documento refere-se especificamente ao período 1968-1978). Inicialmente, buscava-se apresentar um levantamento de dados sobre a situação dos direitos humanos na América Latina, no entanto, devido a complexidade da tarefa, acabaram restringindo-se à situação brasileira, especialmente perante a precariedade de material sistematizado sobre a Igreja no período¹¹. A dificuldade de acesso aos materiais produzidos entre 1970 e 1975 é outra justificativa para a tarefa, já que a instauração da censura proibiu terminantemente a publicação de referências às perseguições e prisões à Igreja e membros do clero - observação esta que se confirma visivelmente nas fontes pesquisadas. Segundo o texto do

⁹ Carta ao Leitor. **VEJA**. São Paulo: Abril. n. 405. 09 jun. 1970. p. 19.

¹⁰ Documento denuncia agressões conta a Igreja. **Folha de São Paulo**, São Paulo. 23 jan. 1970. 1º Caderno. p. 04.

¹¹ Ibid.

documento, a gravidade das violações aos direitos humanos, diagnosticada em reunião pela CNBB, engendrou uma necessidade de maior compreensão destes direitos. Entre as violações para com a sociedade, de uma forma geral, cita-se a constatação de uma situação de opressão, de injustiça na posse e uso da terra, de incentivo à proletarização do homem rural, de existência de desapropriações injustas, marginalização, dizimação das populações indígenas, de posse dos meios de produção nas mãos do Estado, e de injustiça mantida pelo uso da violência institucionalizada. Diante de tais constatações, os Direitos Humanos deveriam ser buscados, através de uma "práxis concreta e comprometida."¹² Descortinava-se assim, segundo o documento, a necessidade de luta por direitos sociais e coletivos.

Além da constatação de uma situação de miséria e opressão, perante a qual a Igreja via-se impelida "a buscar formas de salvar certas vidas, diminuir o sofrimento, criar canais de proteção, oferecer assistência e recursos, enfim usar todos os meios possíveis para diminuir o sofrimento e a dor"¹³, o documento apresenta um amplo registro - marcado pela incompletude, conforme anunciam - de agressões sofridas pela Igreja. Na descrição dos fatos, encontramos ataques tanto à Igreja quanto a membros específicos do clero. Dentre os fatos elencados citamos alguns: "Igreja acusada de agitação insurrecional por ocasião das missas de 7º dia do estudante Eduardo Souto, assassinado em 1968"; "Dom Fragozo acusado de polemista da miséria, fazendo pastoreio da desgraça"; "padres e freiras incutindo em adolescentes, através dos colégios, valores que pretendiam acabar com a família"; "posicionamentos da igreja servindo aos objetivos do comunismo"; "bispo que denuncia a grilagem através da CPI da terra é acusado de comunista"; "padres que se voltavam a causa da terra eram chamados de comunistas". O documento ainda cita invasões em residências religiosas de padres e freiras; apresenta quadros quantificando a prisão dos religiosos no período (seis freiras, em um total de 122 religiosos); relata inúmeros casos de ameaças de morte (como a ocasião em que um bispo e uma freira foram ameaçados por oferecerem ajuda aos posseiros na diocese onde atuavam), sequestros, censura aos meios de comunicação oficiais da Igreja, banimento de Frei Tito de Alencar e Madre Maurina Borges da Silveira. Ao final, justifica as ações e o engajamento da Igreja como intrínsecos de sua missão institucional, na medida em que "o porquê da repressão na Igreja tem suas raízes nas metas pastorais"¹⁴ (referindo-se ao

¹² Ibid. p. 04.

¹³ Ibid. p. 04.

¹⁴ Ibid. p. 08.

Concílio Vaticano II e a Conferência Episcopal de Medellín).

O documento construído pelo CEDI apresenta claramente situações de conflito e o posicionamento embativo da Igreja, não apenas em relação ao regime militar, mas à situação social vivenciada no país durante a vigência do mesmo. É interessante notar que encontramos no documento várias passagens cujo vocabulário remete a uma percepção marxista da sociedade. Termos como a denúncia da "proletarização do homem rural"¹⁵, da exploração da "mão de obra"¹⁶, da expansão do "capitalismo como responsável por uma situação de opressão e da posse dos meios de produção"¹⁷ nas mãos de grupos poderosos e do Estado, permeiam o documento e chamam nossa atenção uma vez que algumas das acusações direcionadas anos antes à Igreja ou a religiosos, dizia respeito a uma "criminosa" vinculação ao marxismo. Kenneth Serbin, ao analisar as relações entre bispos e militares durante os anos de ditadura no Brasil, cita uma passagem onde o General Paula Couto, crítico do ativismo social da Igreja, qualifica o marxismo como uma "ideologia indesejável que era facilmente inoculada insensivelmente nos desatentos e desprevenidos."¹⁸ As relações entre cristianismo e marxismo foram amplamente trabalhadas por Michel Lowy ao tratar das aproximações entre religião e política na América Latina, mais especificamente no que se refere ao desenvolvimento do que denomina cristianismo de libertação¹⁹. Segundo o autor, apesar de o marxismo ter sido, durante mais de meio século, considerado inimigo da fé cristã, percebe-se, no início dos anos 1960, uma convergência entre marxismo e cristianismo para parte do clero católico e de leigos militantes. A emergência da Teologia da Libertação poderia ser considerada, nesse sentido, bastante significativa desta convergência.²⁰ Na tentativa de

¹⁵ Ibid. p. 04.

¹⁶ Ibid. p. 04.

¹⁷ Ibid. p. 04.

¹⁸ SERBIN, Kenneth. **Diálogos na Sombra: Bispos e Militares, Tortura e Justiça Social na Ditadura**. São Paulo: Cia das Letras, 2002. p. 250.

¹⁹ "Cristianismo de libertação" é a designação cunhada por Michel Lowy como tentativa de ampliar o entendimento e alcance do movimento social conhecido como "teologia da libertação" ou "Igreja dos pobres." Segundo o autor, este movimento caracterizado pelo envolvimento social de setores da Igreja e por uma nova compreensão teológica do papel da Igreja perante a sociedade, antecede o surgimento institucional da teologia da libertação e é composto não apenas por teólogos. A designação "cristianismo de libertação" busca, dessa forma, incluir cultura religiosa e rede social, fé e prática. CF. LOWY, Michel. **A guerra dos deuses: Religião e política na América Latina**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 56 e seguintes.

²⁰ Cf. LOWY, Michel. Op. cit.

compreendê-la, Lowy parte para uma análise das afinidades eletivas²¹ partilhadas pelo catolicismo e pelo marxismo. Segundo o autor, a crença em "valores transindividuais, a compreensão de que os pobres são vítimas de injustiça, o universalismo, o valor atribuído à comunidade e a esperança em um reino futuro de justiça, liberdade, paz e fraternidade entre toda a humanidade"²² foram elementos que possibilitaram a inusitada aproximação. Somam-se a estes, a situação de polarização social, conflitos políticos e sucessão de golpes militares na América Latina.

Isso não significa, porém, que podemos caracterizar as ações da Igreja no Brasil de forma homogênea. Tanto em termos políticos quanto sociais, a relação estabelecida entre Igreja e Estado, durante os anos de ditadura militar, deve ser compreendida em termos de complexidade. Ainda que alguns documentos expedidos pela CNBB tenham caráter embativo, especialmente no que diz respeito à luta em nome dos direitos humanos, tal posicionamento não pode ser atribuído a todos os membros do clero e integrantes de ordens e congregações religiosas.²³

As divergências em relação ao posicionamento político-social que a Igreja do Brasil deveria ou não assumir foram amplamente divulgadas pela revista *Veja* em fins dos anos sessenta. A reportagem "O diálogo com a Igreja Católica"²⁴, publicada em 18 de dezembro de 1968, é bastante representativa destas divergências. O diálogo anunciado na manchete se referia efetivamente a um encontro marcado, exatamente uma semana após o início do AI5, entre membros do clero mineiro e militares. O objetivo anunciado era "definir as novas regras para a coexistência entre alguns homens das Forças Armadas e da Igreja, que ultimamente dialogavam em

²¹ No livro "Guerra dos deuses", Michel Lowy ancora parte de suas análises na sociologia de Max Weber. Usa em especial o conceito de afinidades eletivas para explicar as aproximações entre o cristianismo e o marxismo. Lowy explica da seguinte maneira sua compreensão do termo: "O argumento principal de *A ética protestante e o espírito do capitalismo* não é tanto (como se diz com frequência) que a religião é o fator causal determinante do desenvolvimento econômico, mas sim que existe, entre certas formas religiosas e o estilo de vida capitalista, um relacionamento de afinidade eletiva (*wahlverwandtschaft*). Weber não define o que ele quer dizer com esse termo, mas podemos deduzir por seus escritos que ele se refere a um relacionamento de atração mútua e de mútuo reforço, que em certos casos, leva a uma espécie de simbiose cultural." Cf. LOWY, Michel. Op. Cit. p.35.

²² LOWY, Michel. Op. Cit. p.116-117.

²³ Importante esclarecer que os religiosos e religiosas são, na verdade, regidos pela CRB - Confêrencia dos Religiosos do Brasi - e não pela CNBB.

²⁴ O diálogo com a Igreja. **VEJA**. São Paulo. Abril. 18 dez. 1968. Ed .15. p.21.

termos perigosamente secos e ásperos."²⁵ Tal necessidade surgira, segundo o texto da reportagem, de perceptíveis mudanças no comportamento dos homens que dirigiam a Igreja do Brasil. Após afirmar que "muita coisa mudou nos quase cinco anos passados desde o início da Revolução (nascida na Marcha da família com Deus pela liberdade), em fins de março de 1964, até sexta feira, 13 de dezembro de 1968, data do seu renascimento"²⁶, a reportagem apresenta o exemplo de bispos que em 1964 haviam apoiado a "revolução", porém após cinco anos, participavam de protestos e manifestações. O exemplo de Dom Jaime de Barros Câmara, então arcebispo do Rio de Janeiro, é citado, em função da declaração, que: "ao próprio Cristo (e como isto nos consola e nos estimula), ao próprio Senhor Jesus acoimaram de subversivo e foi exatamente esta a prova principal do processo junto ao procurador romano."²⁷ Apesar de a reportagem e os depoimentos apresentados referirem-se ao protesto de padres mineiros sobre a prisão de assuncionistas franceses e de um diácono brasileiro, as motivações para a discórdia são apontadas como uma questão não esporádica. Isto porque, de acordo com o Ministro Albuquerque Lima a "Igreja está se prestando a isso (subversão) porque está dividida. Padres e freiras andam pelas ruas sem batina, sem hábito, como playboyzinhos legítimos."²⁸

É necessário lembrar, neste momento, que efetivamente podemos perceber uma mudança institucional nas relações estabelecidas entre Igreja e Estado na década de 1960. A referência a Dom Jaime de Barros Câmara é bastante relevante na medida em que ele pode ser considerado um importante articulador religioso favorável ao golpe em 1964.²⁹ As colocações citadas pela revista *Veja* a seu respeito, são representativas do posicionamento institucional da Igreja Católica Brasileira – através da CNBB – em relação ao regime, uma vez que o apoio concedido em 1964 foi gradativamente substituído por críticas públicas e questionamentos, especialmente em relação à luta pelos direitos humanos contra a prática da tortura e contra a miséria.

O apoio dos primeiros anos pode ser melhor compreendido ao analisarmos a situação político-social que atravessava o país naquele

²⁵ Ibid.

²⁶ Ibid.

²⁷ Ibid.

²⁸ Ibid.

²⁹ KASPARY, Alceu. O Golpe de 1964 e a Arquidiocese de Florianópolis. In SOUZA, Rogério L. de; OTTO, Clarícia (orgs). **Faces do Catolicismo**. Florianópolis: Insular, 2008.

contexto. Ao mesmo tempo em que o Brasil era assolado por fortes crises econômicas, resultantes de uma política desenvolvimentista em declínio (alta inflação, déficit na balança de pagamentos, diminuição de poder aquisitivo da classe trabalhadora, dívida de 2 bilhões e 600 mil dólares³⁰), a ascensão do petebista João Goulart ao governo do país não era bem vista por udenistas, militares e grupos conservadores. Sua posse deu-se, portanto, de forma bastante conturbada através de uma emenda constitucional que instituiu o parlamentarismo no país e, dessa forma, limitou as possibilidades de ação de Goulart. Em 1963, quando através de um plebiscito o presidencialismo é finalmente retomado, Goulart assume a responsabilidade de encontrar soluções para os dilemas sociais brasileiros. As medidas adotadas e anunciadas geraram conflitos com interesses multinacionais, interesses das oligarquias rurais, industriais e provocaram atritos com a estrutura do poder militar, além de gerar grande inquietação e desconfiança nos setores conservadores da Igreja Católica.³¹

Perante tal situação, organizou-se uma oposição a João Goulart buscando deslegitimar seu governo. Uma das principais ferramentas neste sentido foi a acusação de que Goulart aproximava-se do ideário comunista. Esta acusação impunha a necessidade de uma luta anticomunista, corroborada pelos setores conservadores da Igreja Católica, e angariava a simpatia de parcela da população, legitimando assim uma intervenção militar. A “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, citada pela revista *Veja* como embrionária da “revolução”³², tornou-se simbólica na medida em que representava a vontade popular diante o “perigo comunista”. A CNBB, representando a oficialidade institucional da Igreja no Brasil, optou por apoiar o golpe na medida em que ele possibilitaria impedir a temida ameaça comunista e, conseqüentemente, a desordem social que, acreditava-se, aconteceria.

Dizer que a Igreja Católica apoiou institucionalmente o golpe em 1964 não significa, porém, que tal apoio foi consensual e partilhado por todo o seu corpo de congregados e congregadas. O discurso proferido por

³⁰ SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

³¹ CF. KASPARY, Alceu. Op. Cit., p. 224. Entre as medidas adotadas Kaspary elenca as seguintes: lei de restrição da remessa de lucros das companhias multinacionais para o estrangeiro; defesa do monopólio estatal da importação do petróleo e nacionalização das refinarias estrangeiras, proposta de reforma agrária, reajuste salarial, política de contenção de preços; mudança tributária com base na renda; reforma eleitoral; reforma urbana e reforma educacional.

³² O diálogo com a Igreja. **VEJA**. Op. Cit

meio da oficialidade, muito além de instituir uma ordem, buscava ocultar as dissidências e heterogeneidades existentes na instituição. Segundo Frei Betto, já em 1964 existiam setores da Igreja, especialmente ligados à Ação Católica, que se identificavam com a esquerda, na oposição ao regime recém-instituído.³³ Tal oposição ganhou ares de oficialidade, especialmente após o ingresso de Dom Paulo Evaristo Arns como arcebispo de São Paulo em 1970, e dos primos Ivo e Aloísio Lorscheider nos quadros dirigentes da CNBB, na mesma época. O principal elemento de motivação desta oposição era a luta em nome dos direitos humanos, especialmente após a certificação de que o regime fazia uso da tortura como instrumento de coerção. Tal certificação ocorreu especialmente após a prisão dos dominicanos, de madre Maurina Borges da Silveira e do assassinato do padre Henrique Pereira Neto, em Recife, todos no ano de 1969.

No que se refere às relações entre Igreja e Estado durante os anos de ditadura militar outra ponderação se faz necessária. Mesmo que a Igreja Católica tenha se posicionado publicamente em oposição ao regime militar no que se refere ao uso das torturas e em defesa dos direitos humanos, este posicionamento oficial, uma vez mais, não significa homogeneidade entre os membros do clero. Além disso, é necessário pontuar que a oposição ao uso da tortura e as manifestações em nome da democracia não representaram uma ruptura abrupta entre as duas instituições. Sobre este aspecto, o trabalho de Kenneth Serbin é bastante esclarecedor pois, ao tratar das relações entre bispos e militares durante a ditadura militar, apresenta evidências da existência de uma comissão, a Bipartite, formada por membros do clero e representantes do governo preocupados em, apesar das divergências, manterem um diálogo – bastante fervoroso – sobre impasses e assuntos considerados de interesse de ambos os lados.³⁴ Prisões, torturas, censuras, perseguições, o envolvimento ou não de religiosos com grupos que eram considerados subversivos e os direitos humanos, eram alguns dos temas que nortearam tais encontros, ocorridos entre 1970 e 1974 e que nos mostram, apesar dos embates e divergências, uma vívida tentativa e interesse – especialmente por parte da Igreja - em manter boas relações com o governo. A existência desta comissão, a heterogeneidade observada dentro da Igreja e as mudanças de posicionamento em relação ao regime militar reforçam a ideia de que não podemos pensar as ações implementadas pela Igreja Católica neste contexto, sem considerar implicações políticas, morais, religiosas e institucionais.

³³ BETTO, Frei. **Batismo de Sangue**. São Paulo: Círculo do Livro, 1982.

³⁴ SERBIN, Kenneth. Op. Cit.

As conflituosas relações entre Igreja e Estado foram abordadas uma vez mais em novembro de 1969, na ampla cobertura dedicada à prisão de Frei Betto e dos dominicanos. Já a partir da capa, a revista *Veja* deixa óbvia a abordagem dedicada ao tema com a manchete "Os Sacerdotes da Violência".

A matéria inicia com a apresentação de Frei Betto no Dops³⁵. Vale pontuar que desde o primeiro parágrafo, ele é descrito como terrorista e o preso político mais importante capturado, desde a morte de Mariguella. O motivo alegado para a prisão era a ligação de Frei Betto com a subversão violenta, mais especificamente, como responsável pelo "esquema de fronteiras", organizando e facilitando a fuga de perseguidos pela polícia política. Nas páginas seguintes, alternam-se diferentes opiniões a respeito das prisões e de uma possível infiltração subversiva na Igreja. Alguns bispos afirmam que antes de emitir julgamento a respeito dos padres e seminaristas presos é necessário uma verdadeira apuração dos fatos. Outros são mais incisivos em seus posicionamentos, como o então arcebispo de Diamantina, Dom Geraldo Proença Sigaud, ao afirmar que "os moços que agora estão presos aplicaram à vida o que lhes foi ensinado: a tese de que o comunismo é o evangelho, o comunismo é a solução para os problemas brasileiros. Aplicaram à vida política e social a teologia da violência."³⁶

As divergências na forma de pensar a questão é creditada, na reportagem, aos religiosos progressistas, em nome da observância da pluralidade. Esta pluralidade dizia respeito a certa autonomia de pensamento nas ordens religiosas por não estarem submetidas aos bispos locais, tal qual o clero. A tese da pluralidade é exemplificada pela existência de diferentes grupos atuando dentro da Igreja: os conservadores e os progressistas. Os primeiros aparecem caracterizados pela prudência e os segundos por "várias cores que vão desde o branco de um pacifismo inconsequente até o vermelho da violência."³⁷

Entre os progressistas, a reportagem cita o caso daqueles engajados em lutas sociais, cuja pretensão seria levar o Evangelho aos trabalhadores mas, aponta *Veja*, "essa identificação deixa escapar um cheiro de subversão."³⁸ Como exemplo cita o caso do padre francês Pierre Vauthier,

³⁵ Sobre a prisão de Frei Betto e a relação dos dominicanos com Carlos Mariguella ver: BETTO, Frei. Op. Cit.

³⁶ O Senhor é o seu pastor? **VEJA**. São Paulo. Abril. 19 nov. 1969. Ed.63. p. 40.

³⁷ Ibid. p.42.

³⁸ Ibid. p.44.

acusado de auxiliar a organização de uma greve. O fim da reportagem é anunciado com o retorno ao caso de Frei Betto e sua "clara" vinculação ao terrorismo, perceptível pelo anúncio de luta contra o imperialismo, contra a ditadura e contra o latifúndio. Tais elementos explicitariam a sua vinculação, assim como a de seus companheiros, aos ideais do marxismo. Cabe assinalar que a diagramação desta última página apresenta elementos bastante significativos. É encerrada com uma grande imagem de bispos reunidos, trajando tradicionais hábitos e, segundo a legenda, trabalhando sob o signo da cautela. Tal imagem parece complementar a epígrafe atribuída a Nelson Rodrigues que abre a página: "Era evidente que os padres de passeata e as freiras de mini-saia eram cristãos sem Deus, sem missa e sem orações, que estavam dentro da Igreja para melhor destruí-la."³⁹

As relações entre Igreja e Estado foram novamente abordadas por Veja na segunda metade da década de 1970. A edição 434, de dezembro de 1976, propõe uma longa exposição sobre os campos onde esta relação tornava-se bastante problemática, sugerindo que os conflitos deviam-se à indefinição dos limites de atuação em cada instituição, ou melhor, setores de cada instituição, conforme a reportagem.⁴⁰ Na sequência, cita uma série de "incidentes" - muitos dos quais fazendo menção à questão agrária - envolvendo religiosos. Nestes, religiosos foram detidos e interrogados com o objetivo de se descobrir ou confirmar atos e propensões subversivas e/ou comunistas. As áreas mais sensíveis, segundo a reportagem, eram o campo de luta pelos direitos humanos - encabeçado pela Comissão Justiça e Paz -, a questão da posse de terra e atuação junto aos posseiros - cujo exemplo citado é o da prelazia de São Félix do Araguaia e de Dom Pedro Casaldáliga - e os movimentos pastorais junto aos índios, especialmente na região do Mato Grosso.

Em outubro de 1977, a revista traz nova reportagem sobre a temática, direcionada, porém, a atuação de Dom Paulo Evaristo Arns.⁴¹ Inicia com a descrição detalhada de um conflito protagonizado por agentes do DEOPS de São Paulo e por Dom Paulo, acerca da legitimidade da prisão e acusação de subversão de um grupo de estudantes da PUC. Dom Paulo afirmava, perante as declarações do secretário de segurança, que a ação dos estudantes era impelida pelo próprio governo, único responsável pelos jovens que buscam a clandestinidade. Nas páginas seguintes, Veja apresenta ações de Dom Paulo, demonstrando-o como uma figura determinada em

³⁹ Ibid. p. 46.

⁴⁰ Uma questão de limites. **VEJA**. São Paulo. Abril. 29 dez. 1976. Ed. 434. p.28.

⁴¹ Pela Justiça e Paz. São Paulo. **VEJA**. Abril. 05 out. 1977 Ed. 474. p. 28.

relação às causas nas quais acredita, em especial no que diz respeito à luta pelos direitos humanos. O teor político e muitas vezes controverso de suas ações é ressaltado ainda que não mais nos termos acusatórios, bastante evidentes nas reportagens da década de 1960.

A edição de nº 553 de abril de 1979, traz nova referência às relações que, neste momento, segundo a reportagem “Em ritmo de abertura”, caminhavam muito mais em direção ao diálogo que ao conflito. A edição nos é particularmente interessante na medida em que referencia as relações Igreja-Estado em dois momentos distintos. Além da reportagem citada, que trata das eleições para os cargos de dirigência da CNBB e do estreitamento de relações da entidade com o governo de Figueiredo⁴², as páginas amarelas apresentam “Investigação no clero”. Nela encontramos trechos de um extenso documento, produzido em 1974, a pedido do presidente Geisel, “preocupado com a multiplicação das denúncias que apontavam uma crescente radicalização esquerdista na Igreja Católica.”⁴³ Os trechos apresentados versavam, em sua maioria, sobre as aproximações entre parte do clero e ideias subversivas, comunistas e/ou marxistas. A confecção do documento de 357 laudas ficou ao encargo do então ministro da justiça Armando Falcão e amparou-se em diferentes serviços de informação entre os quais destacamos o CISA – Centro de Informação e Segurança da Aeronáutica e o CIE – Centro de Informações do Exército. Para a obtenção das informações e documentos que compõem o relatório, os centros de informações utilizaram diversas estratégias, entre as quais a análise de manifestações católicas, desde homilias até encíclicas papais e trabalho de campo, o que significava tanto a infiltração em cursos religiosos quanto a interceptação de correspondências, entre outras. Veja apresenta o documento como revelador da desconfiança do governo em relação à Igreja naquele momento e afirma que, por mais que o documento apresentasse algumas verdades, ele não poderia ser a justificativa para ações em função de suas conclusões e dos métodos adotados na obtenção das informações. De fato, as conclusões e análises apresentadas no documento não são em nada objetivas e refletem certa suspeição generalizada em relação às atitudes do clero brasileiro, especialmente após o Concílio Vaticano II. Entre as conclusões do documento publicadas por Veja, encontramos a de que o clero brasileiro constitui-se “no mais atuante dos inimigos que atentam contra a segurança nacional, promovendo, através de processos

⁴² Em ritmo de abertura. **VEJA**. São Paulo. Abril. 11 abr. 1979. Ed. 553. p. 58.

⁴³ Investigação no Clero. **VEJA**. São Paulo. Abril. 11 abr. 1979. Ed. 553. p. 02.

nitidamente subversivos, a substituição da estrutura político-social-econômica brasileira por uma nova ordem, em tudo semelhante à filosofia marxista."⁴⁴ O documento apresenta também as conclusões de um analista da CISA, segundo o qual, a ação do clero comunista incidia especialmente na "conscientização das classes menos favorecidas de seus direitos."⁴⁵ O documento não define especificamente o que é a subversão, porém relaciona uma série de atitudes consideradas suspeitas, entre as quais referencia a "discussão de problemas sócio-econômicos em grupos de assuntos: seca, fome, mortalidade infantil, miséria social, que despertam o ódio às autoridades e ao governo; panfletagem, etc."⁴⁶ Os trechos do documento publicado por Veja apresentam a ação do clero brasileiro em termos de uma verdadeira tragédia shakesperiana: "Não sabemos se há algo de podre no reino da Dinamarca, mas sentimos que há muita podridão na Igreja Católica no Brasil."⁴⁷ Nem mesmo o Papa saiu ileso das análises pois, ao avaliar trechos da encíclica *Populorum Progressio*, o redator do documento reproduz textualmente as observação de um padre chamado Joaquim Saez y Arriaga: "o documento montiniano é decididamente socialista."⁴⁸

A leitura das reportagens acima apresentadas possibilita-nos perceber que as instáveis relações entre Igreja e Estado foram marcadas por um lado, pela reprovação do uso de aparelhos coercivos, tais como a censura e especialmente a tortura, e por outro, pela desconfiança e constatação do possível envolvimento da Igreja com a subversão. Ainda que as questões de cunho social também estejam no centro dos impasses, é interessante notar que o termo acusatório de subversão, comunismo ou referências ao marxismo, aparecem diversas vezes nas reportagens citadas. A utilização deles em relação a situações diferenciadas sugere certa dificuldade em se compreender claramente ao que se referia. Em entrevista ao jornal EX, um importante veículo de mídia alternativa que circulou entre os anos de 1973 e 1975, Dom Paulo Evaristo Arns faz considerações a este respeito, quando questionado sobre a ampla utilização do termo 'subversivo' como acusação:

É, isso é certo. Mas eu acho que subversivo é aquele

⁴⁴ Ibid.

⁴⁵ Ibid. p. 5.

⁴⁶ Ibid. p. 6.

⁴⁷ Ibid. p. 8.

⁴⁸ Ibid. p.8. Obs: "Montiniano" refere-se a autoria da encíclica, haja vista que o nome civil do papa Paulo VI era Giovanni Montinni.

que inverte a ordem, ainda mais se for na clandestinidade. E, interrogar, contra os direitos humanos, na clandestinidade é subversão, não é? Isto é subversão pela própria definição. Interrogou na clandestinidade é subversão. Agora, de denunciar tais coisas para as pessoas, se isso é subversão, não sei não? Dizer as pessoas competentes, à autoridades, não sei se isso é subversão. Então devem ser muito fracos, pra se deixarem virar, subverter. Agora, interrogar na clandestinidade, isto por definição é subvertere, do latim, virar por baixo. Mas isto acho que você nem vai conseguir dizer, mas era bom que alguém o dissesse de vez em quando, porque na nossa legislação nunca se definiu o que é subversão. (...) Nós pedimos uma vez que fosse definido – os bispos todos em reunião pediram ao então Ministro da Justiça, que era aliás, como se chamava ele? Buzaid. Pedimos que ele dissesse o que é subversão política. Nunca foi definido. É certo quem colabora para que se esclareçam as coisas, não deve ser considerado subversivo. E isso a Igreja tem que fazer.⁴⁹

As relações entre o clero e a subversão foram alvo de raivosos comentários na coluna de Tavares de Miranda em 14 de junho de 1968. Segundo o colunista social: "Estudantes, padres, freiras e amanhã em geral o nosso bom e pacato povo... Tudo está indo no roldão da anarquia e da subversão declarada". E prossegue:

Essa palavrinha subversiva chamada diálogo está na boca de todo demagogo que anda por aí. Precisamos logo e já mesmo substituir esse negócio de diálogo (e tem outras coisitas mais como "conscientização", "aggiornamento", etc, etc, etc) por outros fatos e coisas bem positivos: ordem, disciplina, autoridade, para que a casa possa ir bem.⁵⁰

⁴⁹ A eternidade começa hoje. **Jornal EX**. São Paulo. Set. 1975. Ed. Extra n.1.

⁵⁰ Tavares de Miranda. **Folha de São Paulo**. São Paulo. 14 jun. 1968. Edição da Tarde. p. 14.

Ao considerarmos as publicações referenciadas; as acusações de subversão; socialismo e marxismo direcionadas à Igreja Católica - ou membros específicos desta - poderiam ser motivadas tanto pela ligação direta e efetiva a grupos de resistência armada, quanto pelo engajamento à doutrina social da Igreja Católica, promovida a partir do Concílio Vaticano II e intensificada pelas resoluções das reuniões do CELAM⁵¹ em Medellín (1968) e Puebla (1979). Perante tão abrangente uso, constatamos que a acusação de subversão era a forma mais elementar de criminalização daqueles e daquelas que, durante os anos de regime militar no Brasil, buscaram resistir.

⁵¹ Conselho Episcopal Latino-Americano.